

O ENSINO REMOTO EM EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de Pierre Bourdieu

ANA CAROLINA RIBEIRO SANDRONI DOS SANTOS

UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE (UNINCOR)

ANTONIO DOS SANTOS SILVA

UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE (UNINCOR)

CRISTIANE THAISE BONFIM PICINATO

UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE (UNINCOR)

O ENSINO REMOTO EM EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise a partir de Pierre Bourdieu

RESUMO

Este artigo tem foco no cenário educacional modificado drasticamente devido à crise sanitária oriunda do vírus COVID-19, a partir de março de 2020, e nas reflexões sob as percepções dos profissionais da educação básica, de escolas públicas e privadas, que tiveram de reorganizar toda sua estrutura de trabalho presencial para ensino remoto, adotando o teletrabalho. A pesquisa, do tipo descritiva, utiliza técnicas de abordagem quantitativa, de amostragem não-probabilística sobre os dois grupos (escolas particulares e públicas) possibilitado por meio de um questionário veiculado no *Google forms* e análise qualitativa da questão interpretativa de imagem que remete ao modelo de ensino com utilização de Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs). Os resultados apontaram percepções variadas, desde pessimistas, até otimistas, analisadas sob estudos relacionados a questões específicas do teletrabalho, abordadas por pesquisadores nos estudos; sob informações da caracterização da amostra da pesquisa e, à luz das teorias de Pierre Bourdieu sobre campo (THIRY-CHERQUES, 2006), capital cultural e capital social (PEREIRA, 2015) e desigualdades sociais (BOURDIEU, 2003). As análises realizadas evidenciam a necessidade de se ampliar o território da pesquisa e atualizar os dados, possibilitando generalização sobre as influências do ensino remoto na qualidade de vida dos profissionais da educação e suas consequências para a sociedade. A pesquisa possui limitações por utilizar apenas o Estado de Minas Gerais como *locus*. Propõe-se que estudos semelhantes sejam realizados em outros Estados brasileiros, para que os resultados possam ser ampliados, comparados e atualizados.

Palavras-chave: Teletrabalho; Educação básica; Pierre Boudieu.

1. INTRODUÇÃO

O cenário educacional no início do ano de 2020, caracterizou-se por uma mudança drástica no âmbito educativo. Este ano, se destacará na história nacional e internacional pela mudança repentina nos modelos vigentes de ensino. De um dia para o outro, tudo parou, tudo mudou. A pandemia mundial motivada pelo vírus Covid-19 chegou desmoronando todo um processo educacional tido como estruturado, e em pouco tempo, reinventar foi necessário, novas práticas metodológicas foram construídas, novas metodologias de aulas foram implantadas. As aulas presenciais cederam espaço ao cenário digital de ensino remoto visando a não cessar o aprendizado dos alunos em todos os níveis. Especificamente, este trabalho aborda esse cenário na gestão da educação básica.

Como pressuposto, acreditava-se que, embora haja legislação específica no que tange ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação e a Cultura Digital, o uso destes recursos ainda é pouco difundido entre os professores de Educação Básica; além disso, a modalidade laboral à distância, recentemente forçada devido à crise sanitária não seria promissora ou vista como viável pelos profissionais da educação básica, gerando grande ansiedade e resistência, promovendo desigualdades educacionais. Neste sentido, com o intento de compreender como essas mudanças impactaram na qualidade de vida dos profissionais da Educação Básica, constitui-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é a

percepção dos profissionais da Educação Básica, sobre o ensino remoto advindo da crise sanitária em MG?

Para testar os pressupostos, o objetivo principal do estudo foi realizar um diagnóstico sobre percepção dos profissionais da educação básica, pública e privada, sobre o entendimento acerca do trabalho vigente e das demandas advindas da crise sanitária, especificamente no que concerne ao teletrabalho.

Para atingir ao objetivo proposto, o presente trabalho será norteado pelos objetivos específicos: conceituar o termo teletrabalho; analisar brevemente o percurso histórico do trabalho à distância nas escolas; compreender as demandas advindas do contexto atual de isolamento social no que tange ao ensino remoto por meio da análise documental sobre a suspensão das aulas presenciais e do Parecer do Conselho Nacional de Educação; e, por fim, captar e avaliar a percepção dos profissionais da educação básica sobre a modalidade de ensino imposta, através de análise qualitativa embasada no questionário aplicado por meio do Projeto “Diagnóstico de qualidade de vida no trabalho em escolas de educação básica em Minas Gerais”.

Assim, o presente estudo se justifica pela necessidade de compreender a percepção dos profissionais da Educação Básica neste cenário de incertezas, com vistas a compreender as possibilidades de uso do ensino remoto em educação básica para orientar quanto a possíveis estratégias a serem adotadas pelos gestores, contribuindo para aprimorar o trabalho destes profissionais e para reduzir as possíveis desigualdades educacionais.

A expectativa é que este estudo contribua na elucidação dos temas do ensino remoto e do teletrabalho na educação básica a partir da percepção dos principais agentes que são os professores.

2. TELETRABALHO E EDUCAÇÃO

Primeiramente é preciso compreender as origens do termo teletrabalho, para então verificar sua aplicabilidade no contexto educacional. Este termo possui definições variadas, não apresentando até o momento uma única conceituação (HAU; TODESCAT, 2018, p. 40). Posto que, alguns pesquisadores descrevem seu conceito com base em algumas variáveis relacionadas, entre outras questões, à localidade do teletrabalho; se é de tempo integral ou parcial; se é assalariado ou não; e relacionadas a quais os conteúdos do teletrabalho executado (ROCHA; AMADOR, 2018, p. 154). Esta dificuldade em estabelecer um conceito único é abordada por Sakuda e Vasconcelos (2005), tendo origens nas várias denominações que apresenta:

[...] a falta de conceitos comuns, é recorrente, agravado pelo fato de que o teletrabalho é explorado sob uma variedade de nomes, como flexplace, homework, flexwork, telework, telecommuting e outros. [...] Muitas vezes, os teletrabalhadores são tratados como um grupo homogêneo, sem considerar as diferenças de relações empregatícias, tipo de trabalho e nível de participação do teletrabalho (SAKUDA; VASCONCELOS, 2005, p. 41)

No contexto atual, o teletrabalho exercido pelos profissionais da educação converge para o conceito mais geral aplicado pelos autores que é: aquele executado fora da sede do emprego, no caso, da escola, mais precisamente, aquele executado em casa, denominado *home office* segundo Leite, Lemos e Schneider (2019) e Rocha e Amador (2018). No Brasil, teletrabalho advém do termo *telecommuting*, mais comumente utilizado por pesquisadores americanos. De modo simplista, toma-se como conceito geral para o estudo o abordado pelos autores Aderaldo, Aderaldo e Lima (2017) que, com base em análises do documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) definem como trabalho realizado fora da sede

da empresa do empregador, com uso de recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Compreendendo o conceito, pode-se partir para a união do mesmo com a educação. O início da junção do teletrabalho com o ensino remonta ao século XIX, seguido dos serviços postais, até por volta de 1960 com a utilização de materiais impressos enviados aos alunos por estes meios. Após esta data, com a ampliação dos recursos tecnológicos disponíveis, as mesmas passaram a integrar o teletrabalho (OLIVEIRA; JÚNIOR, 2018).

No Brasil, em específico, a ampliação da utilização desta modalidade laboral teve início, segundo Mill (2016), nos últimos 15 anos do século XXI, mais restrita a segmentos de ensino superior e cursos profissionalizantes, mesmo havendo a possibilidade de abordagem de ensino a distância a toda a Educação Básica sustentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996). Recentemente, em 2017, houve a homologação do Decreto nº 9.057/17 que conceitua a educação à distância e regulamenta a oferta de cursos e os segmentos de ensino que podem fazer uso da modalidade. No referido documento encontra-se a possibilidade de ensino à distância para toda a Educação Básica, com exceção da Educação Infantil e, para anos iniciais do Ensino Fundamental, destinado a casos excepcionais, como em situações emergenciais.

Entretanto, é de conhecimento geral que, anteriormente a necessidade imposta pelo contexto atual, não se imaginava transpor a educação presencial para a distância em nenhum dos segmentos descritos. Ainda assim, documentos que norteiam o ensino no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), defendem práticas educacionais voltadas para a utilização crítica de recursos tecnológicos que, de certa forma, contribuem para com a modalidade de ensino remoto como descrito anteriormente no que concerne à conceituação do termo teletrabalho.

Assim, é preciso refletir sobre as variáveis que interferem na adoção desta modalidade, tida como “[...] mais complexa e dinâmica do que a educação presencial” (MILL et al, 2010, p. 11), necessitando, segundo Silva (2013, p. 643) da adoção de “[...] novas competências para o trabalho docente”. O impacto que o teletrabalho e a tele-educação podem ter sobre os indivíduos que começam a usar essas alternativas pode gerar negatividade, medo, resistência, desânimo, a busca por oportunidades, confiança. Bem como, é necessário considerar os diferentes níveis de acesso à internet presentes na vasta extensão territorial brasileira, de modo que, sendo complexo, exigindo competências específicas e ainda envolto a vários contextos distintos, impõe uma reinvenção por parte dos profissionais da educação e uma mudança na organização pessoal de gestão do trabalho, voltados mais para resultados que para processos:

A relação de trabalho deve evoluir para outra concepção voltada mais para a autogestão e cumprimento de metas/tarefas, ao invés do mero controle de tempo de trabalho. A ênfase está mais para os resultados do que sobre a atividade em si (SILVA, 2012, apud SILVA, 2013, p. 641).

Nesse cenário, as instituições de ensino que aos poucos vinham ampliando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, adequando sua estrutura física e tecnológica, qualificando seus profissionais para a utilização, tiveram que se adequar rapidamente. No Brasil, segundo Martins (2020), iniciativas de ensino híbrido ou semipresencial vinham se intensificando, entretanto, na visão do presente estudo, não ainda em larga escala como hoje os profissionais da educação foram forçados a se organizar.

3. TELETRABALHO NA EDUCAÇÃO E O CONTEXTO ATUAL

No cenário atual, com o advento da crise sanitária, em meados de março deste ano, as escolas brasileiras cancelaram suas aulas presenciais, sem ainda conhecimento sobre os rumos a serem tomados, sem ideia da extensão da suspensão. O fato é que, “o efeito da pandemia Covid-19 jogou por terra todas as barreiras legais que separavam o sistema educacional em presencial e a distância” (MARTINS, 2020, p. 245). Somente em primeiro de abril deste mesmo ano, o governo federal, por meio do Ministro da Educação promulgou a medida provisória nº 934 estabelecendo normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e ensino superior decorrentes das medidas para o enfrentamento da situação de emergência. Neste documento, os estabelecimentos de ensino ficaram legalmente possibilitados de finalizar o ano letivo sem o cumprimento obrigatório dos 200 dias letivos, entretanto, para não haver prejuízos educacionais, foram mantidas as 800 horas anuais (BRASIL, 2020a). Caberia a cada estado estabelecer as normas de enfrentamento adotadas, de acordo com os índices da disseminação do vírus em seu território. Em verdade, a crise sanitária tem se mostrado mais longa que o esperado a princípio e a reposição total de aulas torna-se a cada dia mais inviável.

Desta forma, para garantir o direito à educação dos milhões de brasileiros em idade escolar e amenizar os riscos de ampliação das desigualdades de aprendizagem, o Conselho Nacional da Educação publicou em 05 de maio o Parecer 05/2020 aprovado em 30 de abril, dispondo sobre a “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual” (BRASIL, 2020b). No referido documento, homologado pelo Ministro de Estado da Educação em 01 de junho de 2020, os estabelecimentos de ensino podem optar por algumas possibilidades de cumprimento da carga horária mínima, dentre elas, a “[...] realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação [...])” (BRASIL, 2020b, p. 6).

Corroborando com o pretendido pelos documentos supracitados e, antes mesmo da divulgação do Parecer 05/2020 do CNE, o governo do Estado de Minas Gerais, em 17 de abril de 2020 publicou a resolução SEE MG 4310/2020, dispondo sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e instituindo o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida (MINAS GERAIS, 2020) e estabelecimento de normas para o teletrabalho dos profissionais da educação.

Nesse enquadramento, os profissionais da educação de Minas Gerais e de várias outras regiões mundiais, viram-se na iminência do exercício de suas atividades laborais pelo regime não presencial, denominado no documento acima citado como teletrabalho, compreendido como aquele exercido em domicílio. Este mesmo documento estabelece as atividades a serem executadas pelos gestores escolares e demais servidores. As atribuições dos gestores em teletrabalho serão de, entre outras, garantir o acesso a todos os alunos matriculados nas escolas em que atuam ao plano de ensino tutorado, bem como realizar levantamento sobre os meios de acesso dos mesmos às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), designar atividades aos servidores da unidade escolar em regime especial de teletrabalho, mediante preenchimento de plano de trabalho individual e realizar o acompanhamento e controle das atividades laborais dos servidores lotados nas escolas sob sua gestão (MINAS GERAIS, 2020). Estas atribuições corroboram com os modelos de controle sobre o teletrabalhador que autores como Aderaldo, Aderaldo, Lima (2017); Rocha e Amador (2018) e Leite, Lemos e Schneider (2019) analisam, sendo as atividades estabelecidas e prazos de entrega a forma de controle mais eficaz sobre o trabalho a ser realizado neste regime não presencial.

A resolução sugere ainda, em seu artigo 25, que as atividades laborais devam ser executadas, preferencialmente, no horário regular de trabalho da unidade escolar (MINAS GERAIS, 2020, p. 3). Esta sugestão não exclui a questão da flexibilidade do trabalho em

domicílio, tanto com relação ao local (desde que seja em casa, adequado à necessidade de isolamento social), quanto em relação à organização do tempo, mas induz a uma organização por parte do servidor. Tendo estabelecido o horário preferencial a serem executadas as atividades, os gestores podem controlar, por exemplo, o horário de sua comunicação com os servidores, diminuindo o risco de fazer com que os mesmos trabalhem acima da carga horária prevista, ficando a cargo deles a organização para não extrapolar o horário durante a realização das atividades exigidas.

Um dado relevante a ser considerado é que, uma das desvantagens do teletrabalho apontada em pesquisas é a dificuldade da empresa em contratar funcionários com as competências exigidas para a modalidade (ADERALDO; ADERALDO; LIMA, 2017; BIASI; PERA, 2007). No contexto atual, esta dificuldade teve de ser totalmente ignorada, impondo a todos os profissionais da educação o regime de trabalho domiciliar, tendo ou não competência sócio emocional ou tecnológica e financeira. Todos os profissionais, de escolas públicas ou privadas, tiveram de priorizar os meios de comunicação não presenciais, por telefone, *e-mail*, plataforma digital, redes sociais ou outras TICs, compatíveis com as condições de acesso dos estudantes, mesmo aqueles que nunca antes haviam utilizado tais meios. Ademais, tiveram de se adaptar à nova realidade, tendo de lidar com as questões relacionadas à gestão de possíveis conflitos familiares devido à falta de colaboração dos parentes (BIASI; PERA, 2007), dificuldade de equilibrar o trabalho e a vida pessoal (HAU; TODESCAT, 2018) e necessidade de organização e autodisciplina forçadamente (HAU; TODESCAT, 2018).

Além da problemática envolvendo os critérios de seleção desconsiderados, professores precisaram modificar totalmente didática e organização do ensino, reelaborando estratégias para oportunizar aos alunos contato com os conteúdos de ensino de forma dinâmica, atrativa, possível de ser realizada à distância com a supervisão de adultos em casa sem a competência pedagógica do professor.

Outro fator relevante, tido como desvantagem do trabalho remoto, é o isolamento social. Esta expressão tem ganhado força devido à crise sanitária e o uso das TICs pode auxiliar na diminuição desta sensação de solidão, entretanto, o despreparo frente à sua utilização impõe a necessidade de desenvolvimento urgente dos chamados letramentos digitais (DUDENEY; HOCKLY; PEGRUM, 2016) e pode surgir como um grande problema para os profissionais da educação. E como estas questões impactam na qualidade de vida no trabalho destes profissionais? O presente estudo busca evidenciar o diagnóstico relativo ao assunto, considerando a necessidade de os profissionais da educação migrarem suas atividades laborais da modalidade presencial para a não presencial.

A proposta de análise do teletrabalho em escolas de educação básica levou à convergência dos objetivos relatados na introdução deste trabalho com os conceitos e princípios metodológicos de Pierre Bourdieu. Estes princípios podem ser resumidos na citação a seguir.

O esquema que leva à análise empírica é sistêmico. Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um /campo/, um segmento do social, cujos /agentes/, indivíduos e grupos têm /disposições/ específicas, a que ele denomina /habitus/. O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não-conscientes, que se fundam no /habitus/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /habitus/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /habitus/ (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31).

Considerando a escola como um campo, seguindo as teorias de Pierre Bourdieu, haja vista que, para ele, “campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo” (PEREIRA, 2015, p. 341), pode-se considerar o advento da pandemia e a modalidade de ensino remoto como campos de forças, em que os agentes atuam buscando manter, alcançar ou modificar posições, pois, “[...] todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23 apud PEREIRA, 2015, p. 341). Partindo desta análise, o maior desafio se traduz na necessidade de reinvenção, mudança de paradigmas, necessidade urgente de assimilação de recursos tecnológicos e aulas bem diferentes das tradicionalmente encontradas nas escolas. Os professores foram obrigados a mudar as metodologias de ensino, descentralizando totalmente o processo de ensino e aprendizagem, tendo de promover a autonomia e o protagonismo dos alunos, sua capacidade de pesquisar, de estudar por si, competências há muito tempo exigidas, mas pouco vistas no dia a dia.

Os efeitos teóricos destes conceitos serão explorados ao longo da análise dos resultados.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, de amostragem não-probabilística e por conveniência (MATTAR, 1996; CRESWELL, 2007). A mesma foi aplicada com profissionais da educação de escolas de educação básica de Minas Gerais, tanto privadas quanto públicas tendo a predominância de respostas de docentes e gestores como será possível averiguar na descrição do objeto de pesquisa.

A coleta de dados iniciou com a elaboração de questionário, em abril, com testes e aplicação nos meses subsequentes, maio e junho do ano de 2020. Este instrumento demonstrou significância ao permitir, no início, verificar se os itens do instrumento eram compatíveis e se a sequência das questões estava bem delineada (MALHOTRA, 2001). Conseguiu-se o retorno de 249 respostas, sendo 2 descartadas por incorreção e/ou por se tratar de resposta fora do contexto avaliado, no caso, fora de Minas Gerais e a

O questionário elaborado no *Google Forms*, apresentou 62 questões, todas embasadas pelo referencial teórico da pesquisa “Diagnóstico de qualidade de vida no trabalho em escolas de educação básica em Minas Gerais” e os resultados medidos por escalas do tipo Likert, com 10 pontos, sendo 1 discordo totalmente e 10 concordo totalmente (MATTAR, 1996; CRESWELL, 2007) sendo que, no presente estudo, será analisada a única questão descritiva presente entre as 10 relacionadas especificamente ao teletrabalho, na qual foi solicitada interpretação de imagem pela questão “Escreva a principal emoção que a imagem acima desperta em você” possibilitando análise de conteúdo com enfoque qualitativo sobre os respondentes.

Tanto o projeto que embasou as questões, quanto o próprio questionário, foram submetidos ao Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, pela Plataforma Brasil. Ademais, está anexado na submissão ao conselho um Termo de Consentimento e livre Esclarecimento (TCLE). O status do projeto está como aprovado na Plataforma Brasil e somente após a aprovação do mesmo, seguiu-se aplicação do questionário, através de envios eletrônicos, sendo *e-mail* e *whatsapp*, contando com auxílio de influenciadores no meio educacional para sua propagação. O questionário, elaborado como dito a priori, no *Google Forms*, foi enviado pela plataforma online *Google docs*.

Para instrumento de análise, as respostas foram divididas em dois grupos de amostras, uma sendo de escolas públicas e a amostra controle, dos respondentes de escolas particulares. Para a caracterização da amostra utilizou-se técnicas de estatística descritiva, indicando

frequências e porcentagens e, para analisar qualitativamente as respostas da interpretação da imagem, organizou-se as mesmas em cinco categorias de acordo com suas semelhanças, sendo: respostas relacionadas ao sentimento de isolamento social, à preocupação quanto ao acesso heterogêneo às TICs, à sentimentos relacionados à mudança de paradigmas (desafios, incertezas, curiosidades, entre outros), a percepções otimistas e percepções pessimistas.

Ainda como elemento metodológico, utilizou-se de uma figura, de acesso público no ambiente da internet, unicamente com objetivo didático de captar percepções. A figura selecionada dentre outras apresenta um quadro sintético em que a metodologia de ensino é permeada pelo uso das TICs. Desta forma, esperava-se que os professores se manifestassem livremente sobre emoções e sensações que a visualização figura desperta, captando mais fielmente elementos subjetivos dos respondentes.

5. RESULTADOS E ANÁLISES

O estudo serviu de análise para os problemas enfrentados no cenário educacional atual pelos profissionais da educação básica, onde a atividade laboral caracteriza-se por um modelo de trabalho fora da instituição, especificamente executado em domicílio, com a configuração de, além deste profissional, outros membros da família também compõem o novo cenário de trabalho, fazendo uso das TICs, para possibilitar o mesmo. Por meio da caracterização da amostra da pesquisa que se segue, pode-se fazer uma análise utilizando como embasamento as teorias de Pierre Bourdieu sobre campo, “campo de forças”, e capital cultural e social (THIRY-CHERQUES, 2006; PEREIRA, 2015) e dos estudos supracitados sobre teletrabalho, sua relação com a educação e o contexto atual.

Como dito anteriormente, a escola pode ser vista como um campo e, como tal, em seu interior, ocorrem “[...] disputas por controle e legitimação dos bens produzidos, assim como também são estabelecidas diferentes relações e assumidas variadas posturas pelos agentes que os compõem” (PEREIRA, 2015, p. 341). Agentes dessa disputa, vistos como forças que atuam dentro deste campo, encontram-se a pandemia em si, com a imposição do isolamento social, a modalidade de ensino remoto, diferente do habitual e, como será visto a seguir, a disputa entre as gerações dos professores. Além desta análise, importante para se compreender as relações que se estabelecem no contexto atual dentro do campo da educação, é preciso considerar os conceitos de capital cultural e capital social, que se relacionam dentro dos campos como formas de ver a realidade por meio de dimensões variadas. Ambos, segundo Pierre Bourdieu, “[...] se relacionam às heranças culturais, possibilidades de acesso e inserção, assim como à intimidade com determinadas práticas, posturas, instituições, sujeitos, conhecimentos (PEREIRA, 2015, p. 345).

Para o sociólogo, o capital cultural está relacionado à “carga cultural” que adquire-se ao longo de nossa existência e dão vazão aos nossos gestos, relações, posturas e valores. Enquanto o capital social diz respeito às relações a que estamos ligados e que podem auxiliar ou não a alcançar posições nesses “espaços de poder” (PEREIRA, 2015, p. 345). Esta compreensão se faz necessária para refletir sobre as condições dos agentes que formam o campo educacional e as lutas oriundas da pandemia, do tipo de ensino e das disputas de gerações, além de refletir sobre como o capital cultural pode justificar a desigualdade no desempenho escolar das diferentes classes sociais.

A pesquisa retornou 247 respostas válidas, duas respostas descartadas, totalizando 249 participantes, e foi aplicada aos profissionais de escolas públicas e privadas. Participaram da pesquisa 33 cidades de Minas Gerais e destes profissionais entrevistados, 220 correspondem a profissionais públicos e 27 profissionais privados das cidades de Minas Gerais. Dentre estes, a predominância é para os efetivos para escolas públicas e para os contratados por tempo indeterminado para escolas particulares. Como esta característica da amostra pode interferir

nas percepções dos participantes da pesquisa, optou-se por dividir as observações entre escolas públicas e privadas e, deste modo, verifica-se a predominância de funcionários públicos efetivos, 71% e de contratados por tempo indeterminado, pelo regime CLT e 67% no grupo de escolas particulares.

Ficou evidenciado que o tempo de trabalho na escola também mostra diferenças entre os dois grupos, já que nas escolas públicas, a porcentagem de respondentes que atuam na escola há mais de 10 anos registra 46%, enquanto que nas escolas particulares é de 30%. Ainda perpassando a mesma análise, verifica-se que a porcentagem dos profissionais com menos de 5 anos de serviço é bem maior do que as outras marcas temporárias, sendo 67% profissionais de escolas particulares que atuam a menos de 5 anos na escola e 36% de profissionais públicos. Pode-se observar na pesquisa, que o grupo de respondentes de escolas particulares é composto por um público com menos tempo de “casa”, o que pode remeter à uma maior efetividade no trabalho, por se tratar de início de carreira institucional e desejo de crescimento na mesma. Em contrapartida, o ensino público, caracteriza-se por um grupo maior em número de profissionais acima de 20 anos de exercício empregatício, possivelmente, por se tratar de cargo que exige aprovação em concurso público e ao mesmo tempo gera estabilidade profissional, vista às escolas particulares que realizam rodízio de funcionalismo à medida em que a produtividade tende a ser reduzida. Esta percepção remete ao terceiro campo de forças existente no campo educacional como sendo a disputa entre os agentes de diferentes gerações e relações destas gerações com o tempo de atuação nas instituições. Neste ponto da pesquisa, pressupõe-se que devido à maturidade do percurso escolar, com proximidade à aposentadoria, possivelmente, há uma maior probabilidade de que as escolas particulares saiam à frente diante dos recursos tecnológicos, pois profissionais mais jovens tendem a estar mais aptos a utilizar e dominar estes recursos em detrimento de profissionais mais velhos e desmotivados a ampliar os conhecimentos sobre os letramentos digitais.

Quanto a análise das funções dos respondentes das duas amostras, nas escolas públicas, professores e profissionais administrativos somam cerca de 92% dos entrevistados e nas escolas privadas, professores e profissionais administrativos somam 100%. Verifica-se que nem todos os profissionais respondentes são docentes, outros 45 dentre dos 247 que responderam possuem cargos administrativos e exercem cargos de liderança e organização do trabalho. Outro dado importante diz respeito ao grau de instrução dos respondentes. Percebe-se que em ambos os grupos, a predominância de nível de escolaridade é a formação com pós-graduação lato sensu.

A última questão, que serviu de caracterização, diz respeito à adoção ou não do ensino remoto na época da mesma. Os resultados apontam para uma grande disparidade entre os dois grupos, sendo que, no grupo de respondentes de escolas particulares, 96% já haviam iniciado o ensino a distância, enquanto que entre os respondentes de escolas públicas, apenas 12% relataram já ter iniciado o ensino remoto. Em Minas Gerais, as medidas no setor da educação procuraram dar prosseguimento ao processo de aprendizagem com decisões que não prejudicassem os milhões de alunos, sem abrir mão de todas as recomendações para conter o avanço da COVID-19. No entanto, a falta de uma decisão única e majoritária, o que deveria prever as ações em todas as redes e esferas de ensino causam dúvidas, geram desencontros e aumentam o ambiente de incertezas num momento tão confuso, de muitas perguntas e respostas escassas. Nesse contexto, há muitas medidas e decisões distintas envolvendo alunos, professores e funcionários (setor administrativo) que precisam de uma mínima unidade. Porém observa-se que no setor público existe uma grande quantidade de empecilhos externos e internos, dentre eles despreparo profissional tecnológico para as demandas atuais, o que gera, novamente, uma disparidade em âmbito educacional entre as escolas particulares e escolas públicas, a demora na adoção de recursos para o ensino remoto

no setor educacional público e o aumento do distanciamento de conteúdos ministrados aos alunos de escolas particulares, evidenciando assim, a exclusão social em massa e as desigualdades educacionais oriundas do capital cultural e social que permeiam este campo.

A partir dessa caracterização inicia-se a análise qualitativa da questão que envolvia interpretação de imagem. A mesma retratava uma sala de aula com recursos tecnológicos atuais e inovadores como estratégia metodológica, como pode-se confirmar abaixo:

Figura 1 - Questão número 62 - interpretação de figura



Fonte: <https://unimeta.edu.br/wpcontent/uploads/sites/12/2020/04/vitrine-mat%C3%A9ria.png>. Acesso em 17/04/2020, imagem publicada retornada por meio de busca no Google imagens

Os respondentes, ao descrever qual a principal emoção a imagem em questão despertava neles, exprimiram suas concepções, anseios, dúvidas e esperanças quanto ao ensino remoto a que foram submetidos com o advento da crise sanitária e quanto ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação como recursos metodológicos inovadores para práticas docentes, tanto presenciais quanto à distância. Para efeito de análise, as respostas foram agrupadas em cinco categorias de acordo com suas semelhanças, sendo elas: respostas relacionadas ao sentimento de isolamento social, à preocupação quanto ao acesso heterogêneo às TICs, à sentimentos relacionados à mudança de paradigmas (desafios, incertezas, curiosidades, entre outros), a percepções otimistas e percepções pessimistas. Seguem as análises:

5.1. Isolamento social

A primeira categoria analisada, isolamento social, envolve respostas que remetem a um dos grandes desafios do teletrabalho apresentado em seus estudos pelos autores Aderaldo, Aderaldo, Lima (2017), Biasi, Pera (2007) e Hau, Todescat (2018), e diz respeito ao isolamento imposto ao executar a atividade laboral longe da sede de trabalho e colegas. É preciso considerar que, no cenário atual, o isolamento social não atingiu apenas profissionais da educação, como toda a sociedade.

Tanto as respostas de escolas particulares, quanto de escolas públicas, agrupadas nesta categoria, exprimiram sentimentos voltados para a solidão, ausência de contato físico humano, distanciamento social, individualismo, solidão, falta de contato afetivo, de diálogo, saudosismos, todos impostos pela necessidade de isolamento social já estabelecida em decretos e medidas provisórias como a nº 934 (BRASIL, 2020a), sobre medidas para enfrentamento da pandemia no cenário educacional.

Percebe-se que os respondentes de escolas públicas externaram mais o sentimento de isolamento, distanciamento, solidão, que os respondentes de escolas particulares. Acredita-se que esta diferença pode estar relacionada ao fato das escolas particulares já terem iniciado o

ensino remoto, o que possibilita olhar por outra perspectiva a relação entre este modelo de ensino e o distanciamento, pois, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), está, de certa forma, contribuindo para que estas distâncias sejam diminuídas, algo ainda não vivenciado pela maioria dos respondentes de escolas públicas no que concerne ao ensino. A pandemia e suas consequências, tidas como um campo de forças que atua dentro do campo educacional agem na tentativa de um lado, conservar o campo como sempre o fora e de outro, modificá-lo de acordo com as necessidades atuais (PEREIRA, 2015).

5.2. Acesso heterogêneo a tecnologias de informação e comunicação

A segunda categoria de respostas remete à grande preocupação dos respondentes com as diferentes realidades no que tange ao acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação. Relacionado a este tema, os autores Aderaldo, Aderaldo e Lima (2017) e Hau e Todescat (2018) apontam como uma desvantagem oriunda ao teletrabalho o gasto com os equipamentos devido a necessidade de tecnologias específicas. Sabe-se que, no contexto atual, a imposição ao ensino remoto não julgou a disponibilidade de acesso dos docentes, nem dos discentes. As TICs facilitam o teletrabalho, bem como o ensino a distância, entretanto não podem ser vistos como única alternativa. Ainda assim, como a imagem interpretada remete especificamente ao uso de TICs, esta preocupação surgiu e, um dado relevante a ser considerado foi sua presença exclusiva entre os respondentes de escolas públicas.

Falamos exprimiram a visão de educadores de escolas públicas preocupados, pois nem todos seus alunos teriam condições para facilitar o acesso à meios eletrônicos e internet devido à grande desigualdade social e econômica, pobreza, defasagem cultural no que concerne ao tema TICs (ausência dos tidos letramentos digitais de Dudney, Hockly e Pegrum (2016). Esta realidade é realmente diferente, em partes, daquela vivenciada por professores de escolas particulares, haja vista que as famílias com condições para arcar com despesas mensais de estudos possuem certo poder aquisitivo maior que outros, sem esta possibilidade.

A emoção retratada pelos professores de escolas públicas não é desmedida, Martins em seu artigo “A COVID-19 e o fim da educação a Distância: um ensaio”, de 2020, faz uma pequena abordagem sobre o grande abismo econômico e social escancarado pela pandemia vivenciada. Segundo o autor,

[...] a falta de acesso a esta tecnologia, e seus inúmeros recursos, gerou um novo tipo de exclusão, a digital. Ela tem demonstrado seus efeitos mais perversos no momento atual, em que uma pandemia nos atingiu e trouxe à tona todas as precariedades e impotências geradas ao longo de décadas de descaso com os pilares do bem estar social: ciência, educação, saúde, cultura e segurança. [...] milhares de pessoas desoladas permanecem desassistidas por não conseguirem resolver suas demandas por meio dos recursos digitais e da internet. (MARTINS, 2020, p. 244)

Finalizando esta análise, percebeu-se que a preocupação existe exatamente no grupo que lida com as grandes diversidades socioeconômicas e, essa talvez seja a razão pela demora em iniciar o ensino remoto, pois, além de terem que lidar com o campo de força da pandemia, têm que lidar com o campo de força do tipo de ensino e como adequá-lo a diversas realidades. Como dito inicialmente, as TICs contribuem e muito para a execução de qualquer modalidade de teletrabalho, mas não podem ser vistas como única alternativa, tendo em conta a impossibilidade de todos e a necessidade de garantir o direito universal à educação.

Analisando o advento da pandemia em si, e a mudança do modelo de ensino como campos de força nas teorias de Pierre Bourdieu, percebe-se claramente como estes “[...] agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura [...]” (BOURDIEU, 1996, apud THIRY-CHERQUES, 2006). As desigualdades sociais refletem em desigualdades educacionais e, no contexto atual, a falta de acesso à TICs e de oportunidades objetivas de ascensão social condicionam as atitudes

frente à escola. Assim como bem destaca o autor, tratando todos os educandos como iguais, o sistema escolar sanciona as desigualdades (BOURDIEU, 2003). Ademais, tanto as famílias, quanto a própria escola acabam por reproduzir estas desigualdades sociais:

Para ele, a família, a escola, o meio não só reproduzem as desigualdades sociais, como legitimam inconscientemente esta reprodução. São aparelhos de dominação. A desigualdade não residindo no acesso ao campo, mas no âmago do próprio sistema. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 38)

Partindo desta reflexão, faz-se necessário repensar os modelos de ensino vigentes e as estratégias efetuadas por gestores para minimizar esta reprodução das desigualdades, para que os gestores comecem a refletir sobre estratégias que garantam o ensino a todos os que foram acometidos pela pandemia do COVID-19, minimizando ao máximo a desigualdade educacional que, segundo a presente pesquisa, inicia-se com a constatação feita na caracterização em que quase 100% das escolas particulares iniciaram o ensino remoto contra apenas 12% das públicas.

5.3. Mudança de paradigmas

Outra categoria estabelecida é composta por respostas relacionadas ao sentimento de mudança de paradigmas, originado pela imagem envolvendo um ensino tipicamente futurista, com muitas TICs sendo utilizadas.

Considerou-se aqui o paradigma conceituado por Wilber (1989, p. 70), como “[...] um conjunto de princípios cognitivos inconscientes e pressupostos que definem o tipo de dados que somos capazes de ver em primeiro lugar”. Dessa forma, os respondentes exprimiram seus sentimentos em relação aos princípios inconscientes que têm em relação à imagem, sendo aquilo que conseguem visualizar e, ainda partindo dos estudos deste autor, um paradigma não pode ser excluído por outro, ocorre uma evolução, desenvolvimento e progresso, ocasionando a mudança dos paradigmas numa concepção cumulativa (WILBER, 1989).

Partindo dessa concepção, percebeu-se que os respondentes de escolas particulares, embora tenham apresentado emoções relacionadas à essa mudança de paradigma externalizadas pela imagem como sentimentos de reflexão, mudanças, incertezas e adaptação, tiveram menor incidência que os respondentes de escolas públicas, talvez devido ao fato de já terem iniciado o ensino remoto e já estarem em processo de mudanças.

Os respondentes de escolas públicas mostraram-se mais ansiosos, receosos, nervosos, preocupados, inseguros, incertos, angustiados e ao mesmo tempo curiosos, desafiados e esperançosos que os de escolas particulares, pois é evidente a transformação que os aguarda com este novo modelo de ensino, transformando o paradigma atual de aulas presenciais e métodos de ensino conservadores.

5.4. Percepções pessimistas

Ainda há o destaque para a categoria de profissionais que, tomados pelo calor do medo e espanto frente à mudança demonstram-se pessimistas em relação ao ensino remoto. Revolta e insegurança foram os destaques para caracterizar este novo tempo, além do medo do não cumprimento dos conteúdos previstos no currículo escolar.

O fato é que, frente à impossibilidade de realização de aulas presenciais, as instituições de educação precisaram se submeter a uma situação totalmente nova (o ensino remoto) e pela percepção por parte dos respondentes de que as mesmas práticas tradicionais adotadas no ensino presencial não surtiriam os efeitos esperados, houve uma marca inicial, de uma parte do grupo de respondentes, a rejeição e o desânimo.

Silva (2013), partilha sobre um conhecimento que é adquirido por meio das experiências do saber fazer, de algo que não é tradicional e não está afixado nos livros, mas que nascem de dentro para fora das pessoas, das experiências vividas.

O conhecimento é inerente ao ser humano, e é adquirido por meio de suas experiências ao enfrentar situações problemáticas, resultando no know-how e feeling (o “saber fazer” e a “sensibilidade”) para a tomada de decisão. Não é algo encontrado nos livros, é algo que vem de dentro das pessoas e as empresas estão impregnadas desse conhecimento. Seu desafio é descobrir como extraí-lo e retê-lo para si. (SILVA, 2013, p. 645).

Partindo dessa afirmação, percebeu-se que os respondentes tenham apresentado emoções relacionadas a essa mudança de paradigma, externalizados por sentimentos negativos de reflexão, incertezas, readaptação, tristeza, vazio, resignação, tédio, crenças e sobretudo, o medo da mudança, prevalecendo esta percepção, em maior incidência, entre os respondentes de escolas públicas. Acredita-se que este quadro esteja relacionado ao fato da maioria das escolas públicas ainda não terem iniciado o ensino remoto, o que justifica a experiência do saber fazer e o medo do que ainda é desconhecido e corrobora com as afirmações de Thiry-Cherques (2006), em que o meio reproduz as desigualdades mesmo que de forma inconsciente.

5.5. Percepções otimistas

Mesmo em um cenário de tanta volatilidade e mudança rápida de decisões, o otimismo e a crença de que seria possível transgredir este novo tempo, remontam as perspectivas de um futuro próspero. Neste novo cenário, as escolas particulares apresentam-se mais otimistas em relação às públicas, fato que se deve pelo fato de terem saído à frente em relação ao ensino remoto, que por seus números menores de alunos e níveis socioeconômicos mais elevados, possibilitariam um ensino tecnológico de imediato, em detrimento das escolas públicas que por caracterizar-se por públicos mistos economicamente, precisou repensar com cautela as tomadas de decisões, embora a positividade não os permitissem desistir de construir algo acessível a todos.

Bueno e Salvagni (2016) se embasaram em Albuquerque (1996) para descrever este contexto otimista frente ao teletrabalho comparando-o a um modelo capitalista, porém valorizando este período de mudanças.

O contexto do teletrabalho nada mais é do que resultado de um modo de produção capitalista que, historicamente, encontra-se imerso em um reentrante e continuado processo de transformação. O essencial é “perceber a mudança na dinâmica global do capital, uma metamorfose que se processa e que impõe transformações qualitativas no mundo do trabalho” (ALBUQUERQUE, 1996, p. 17 apud BUENO; SALVAGNI, 2016, p. 114).

Assim, finaliza-se a análise das respostas otimistas, relacionadas a interpretações da imagem que remetem à educação do futuro, paz, satisfação, motivação, renovação, evolução e otimismo compreendendo que, o início do ensino remoto traz mais benefícios para as percepções e, conseqüentemente, para a qualidade de vida dos profissionais de educação, que a incerteza de sua adoção ou protelamento da mesma.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto atual, nunca antes vivenciado ou imaginado mundialmente, com a crise sanitária ocasionada pela disseminação de um vírus altamente contagioso e com poder de letalidade elevado, COVID-19, modificou totalmente a rotina diária de todos. No início do ano letivo de 2020, não era possível traçar o panorama educacional hoje experienciado, as aulas presenciais foram totalmente extintas devido ao alto poder de propagação do vírus. Figurantes desta sociedade atual, o confinamento obrigatório a que professores, alunos e sociedade foram forçados, nos últimos meses, apresentou um impacto marcante, inclusive na vida de pais e professores que tiveram que, do dia para noite se reinventar.

Desde que a pandemia de COVID-19 chegou ao Brasil, as discussões sobre o ensino remoto têm ocupado a cena e recebido maior destaque na área da educação. Nessa condução, a primeira coisa importante a registrar são as escolhas pedagógicas e a organização dos processos de ensino e de aprendizagem. O presente estudo evidenciou o distanciamento de escolas públicas e particulares no que concerne à oferta do ensino, pois no momento da pesquisa, 12% das escolas públicas já retomado o ensino pelo meio remoto, contra quase 100% das escolas privadas, corroborando com afirmações de Pierre Bourdieu (2003) no que diz respeito à potencialidade da escola como campo, sancionar desigualdades, tratando os alunos como iguais, sem oferecer condições em equidade.

Tomando o ensino como um campo, partindo das teorias de Bourdieu (PEREIRA, 2015; THIRY-CHERQUES, 2006) as forças que dele são inerentes e atuam no contexto atual, como a pandemia e seus desdobramentos sociais, a modalidade do ensino a distância em as disputadas oriundas das diferentes gerações de profissionais que atuam nas escolas, tentam a todo custo, em partes prosseguir com o modelo arcaico e costumeiro, contra outra parte que luta por modificar a estrutura deste campo se adequando às novidades contemporâneas. Nos dois grupos analisados, escolas públicas e escolas particulares, percebe-se as forças tentando modificar posições. A exemplo disso, a primeira categoria das respostas analisadas, relacionadas ao isolamento social, possibilitou a percepção sobre como os profissionais da educação que já iniciaram a modalidade laboral à distância enfrentam o sentimento de isolamento mais positivamente que os respondentes de escolas públicas que ainda não o fizeram. Nesta mesma categoria, conclui-se que, o uso das TICs possibilita sentimento de parceria, diminuindo a sensação de isolamento própria dos teletrabalhos, como confirmam os autores Aderaldo, Aderaldo e Lima (2017) e Hau e Todescat (2018).

A utilização das TICs, embora contribuam com a diminuição da sensação de solidão, também permeiam as emoções descritas em outra categoria, a preocupação com o acesso heterogêneo às mesmas. Essa preocupação fez parte exclusivamente dos respondentes de escolas públicas, que possuem uma grande variedade de contextos socioeconômicos entre seus alunos. Essas desigualdades sociais refletem, com certeza, nas desigualdades educacionais e ausência de possibilidades de ascensão social ou, de mudanças de posições no campo (BOURDIEU, 2003).

Constatou-se outras percepções, como as relacionadas a emoções que presumem uma mudança de paradigmas e a enxergam com bons olhos, exprimindo a vontade de alterar o campo educacional por meio desta realidade. Algumas percepções mostraram-se extremamente otimistas, contra outras pessimistas. A análise evidenciou que as percepções pessimistas são mais frequentes entre o grupo de respondentes de escolas públicas, muito provavelmente por não terem ainda iniciado o ensino remoto. O grupo de respondentes de escolas particulares mostra-se mais otimista com a modalidade de ensino e laboral, salvo exceções em ambos. Segundo Bueno, Salvagni (2016), é essencial perceber a mudança nas transformações do mundo do trabalho e, toma-se como verdadeira a afirmação para também o ensino.

O presente estudo, como relatado, evidenciou a relação das desigualdades educacionais com a realidade social que permeia o campo educacional e como, a sociedade acaba por

reproduzir esta desigualdade, fato percebido nas respostas pessimistas dos profissionais da educação frente ao modelo de ensino que poderia oferecer oportunidades de ascensão para os alunos que não podem, no momento, frequentar escolas presencialmente.

Assim, concluiu-se que o tema, ensino remoto, deva ainda ser estudado na perspectiva da educação básica elucidando questões relativas à percepção dos alunos e a estratégias adotadas pelos gestores para diminuir as desigualdades educacionais. A modalidade, embora apresente características próprias, relaciona-se em muitos aspectos ao teletrabalho executado em empresas e mostrou-se como única alternativa para manter os estudos no contexto atual. A pesquisa possui limitações por utilizar apenas o Estado de Minas Gerais como *locus* e por não ser generalizado a todos os municípios mineiros. Propõe-se que estudos semelhantes sejam realizados em outros Estados brasileiros, para que os resultados possam ser ampliados, comparados e atualizados.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, Igor Leal; ADERALDO, Carlos Victor Leal; LIMA, Afonso Carneiro. Aspectos críticos do teletrabalho em uma empresa multinacional. **Cafajeste. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. spe, p. 511-533, setembro de 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000700511&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 de maio de 2020.

BIASI, Douglas; PERA, Fábio. (2007). O teletrabalho e a qualidade de vida nos contact centers. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**. 5. 10.5585/riae.v5i2.119. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277150004_O_teletrabalho_e_a_qualidade_de_vida_nos_contact_centers. Acesso em 03 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular: BNCC**, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 14 jul. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Ano CXXXIV, nº 248, 23 de dezembro de 1996, p. 27833-27841. Brasília, 1996.

BRASIL. Medida provisória nº 934, de 01 de abril de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 abr. 2020a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em 04 jun. 2020.

BRASIL. Parecer CNE nº 05/2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 mai. 2020b. Seção 1, p. 63. Disponível em: https://www.sesesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020.pdf. Acesso em 04 jun. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 41-64.

BUENO, E. Q.; SALVAGNI, J. A Aprendizagem Organizacional e o Autodesenvolvimento no Âmbito do Teletrabalho. **RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 8, n. 2, p. 110-123, 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DUDENEY, Gavin; HOCKLY Nicky; PEGRUM, Mark; tradução Marcos Marcionilo. **Letramentos Digitais**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

HAU, Francieli; TODESCAT, Marilda. O teletrabalho na percepção dos teletrabalhadores e seus gestores: vantagens e desvantagens em um estudo de caso. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 37-52, june 2018. ISSN 2237-4558. Disponível em: <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/601> . Acesso em: 30 may 2020. doi:<https://doi.org/10.22279/navus.2018.v8n3.p37-52.601>.

LEITE, A. L.; LEMOS, D. da C.; SCHNEIDER, W. A. Teletrabalho: uma revisão integrativa da literatura internacional. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 17, n. 3, p. 186-209, 20 dez. 2019.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Ronei Ximenes. A COVID-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. **Em Rede: Revista de Educação a Distância**, v. 7 n. 1 (2020): Responsabilidades e Desafios para a consolidação da EaD, 15, mai. 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/620> . Acesso em 11 jun. 2020.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: edição compacta**. São Paulo: Atlas, 1996.

MILL, Daniel. Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas. **Revista de Educação Pública**, v. 25, n. 59/2, maio/ago. 2016 - Edição Temática SemiEdu 2015. Disponível em <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3821> . Acesso em 10 jun, 2020.

MILL, Daniel *et al.* Gestão da Educação a Distância (EaD): noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD. **Vertentes (UFSJ)**, v. 35, p.9-23, 2010. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Daniel_Mill/publication/321808230_Gestao_da_educacao_a_distancia_EaD_nocoos_sobre_planejamento_organizacao_direcao_e_controle_da_EaD/links/5bfaa48ea6fdcc538819bf36/Gestao-da-educacao-a-distancia-EaD-nocoos-sobre-planejamento-organizacao-direcao-e-controle-da-EaD.pdf. Acesso em 10 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução SEE/MG N° 4310/2020, de 17 de abr. de 2020**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1g63RVYRMcGoYXQwnf35_Igup-X1axZBt/view. Acesso em 04 jun. 2020.

OLIVEIRA, Leonardo; JUNIOR, Eloy. (2018). A educação a distância, o teletrabalho e o direito: os profissionais da docência na educação virtual. **Revista Univap**. São José dos Campos – SP-Brasil, v. 24, n. 45, Edição especial, 2018. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/2006> . Acesso em 10 jun. 2020.

PEREIRA, Elaine. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**. 16. 337-356. 10.5965/1984723816322015337. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez. 2015.

ROCHA, C. T. M.; AMADOR, F. S. O Teletrabalho: Conceituação e Questões para Análise. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 1, p. 154-162, 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/49183/o-teletrabalho--conceituacao-e-questoes-para-analise>. Acesso em 30, Mai. 2020.

SAKUDA, Luiz Ojima; VASCONCELOS, Flávio de Carvalho. Teletrabalho: desafios e perspectivas. **Órgão. Soc.** , Salvador, v. 12, n. 33, p. 39-49, junho de 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302005000200002&lng=en&nrm=iso . Acesso em 01 de jun. de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302005000200002>.

SILVA, Vitor Gustavo. Prontos para o teletrabalho? Um estudo sobre o trabalho docente do ensino superior brasileiro. **Rev. Elet. Gestão e Serviços**, v4 n.2, Jul./Dez. 2013. Disponível em <https://www.academia.edu/download/33485202/4452-13972-1-PB.pdf>. Acesso em 10 jun. 2020.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: uma teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, fevereiro de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 de julho de 2020.

WILBER, K. A batalha dos paradigmas. **THOT**, nº 52, 1989, p. 69-78.